



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ICICT
Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SAÚDE

EPIDEMIA DA IMAGEM
UMA ANÁLISE SOBRE A COBERTURA FOTOJORNALÍSTICA DA
DENGUE NO RIO DE JANEIRO

por

RAFAEL CAVADAS TAVARES

Projeto de Pesquisa apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Comunicação e Saúde.

Orientador (es): Paulo César Castro, Doutor em Comunicação e Cultura

Rio de Janeiro, dezembro de 2009.

“A imagem produzida pelo homem, segundo diferentes concepções e estilos, diz ao homem, em cada época, quem o homem é.”
José de Souza Martins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
PROBLEMA DE PESQUISA.....	09
OBJETIVOS.....	09
HIPÓTESE.....	10
JUSTIFICATIVA.....	10
EMBASAMENTO TEÓRICO.....	12
METODOLOGIA	20
CRONOGRAMA.....	23
BIBLIOGRAFIA.....	24

INTRODUÇÃO

De acordo com dados coletados da Organização Mundial de Saúde¹, a dengue acomete cerca de 50 milhões de pessoas em todo o mundo a cada ano. Sendo uma doença viral aguda, transmitida por um tipo de mosquito chamado *Aedes aegypti*, a dengue apresenta grande potencial de expansão em todos os continentes do mundo. Desde o surgimento da doença na região norte do Brasil, em 1981, as cidades brasileiras registram epidemias sequenciais nos anos de 1986 e 1987; depois em 1990 e 1991; 2001 e 2002; até as mais recentes e mais graves, em 2007 e 2008.

Ao acompanhar a evolução de endemia no cenário brasileiro, encontramos referências junto à Funasa de que: enquanto, em 2000, cerca de 3600 municípios estavam infestados com a doença, nos dois anos seguintes (2001 e 2002) apenas três estados brasileiros não registravam a dengue – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Amapá.² Tais informações expressam o potencial de expansão da doença pelo país, que pode ser explicado pela grande circulação de vetores pelo mundo em tempos de globalização.

Se nas primeiras manifestações da doença, no início dos anos 1980, a dengue era considerada benigna, a evolução desta arbovirose em um país que oferece condições climáticas e ambientais favoráveis à proliferação do vetor ocasionou o registro de outros tipos de soropositividade e de casos de dengue hemorrágica e óbitos. E não é difícil inferir que as consequências deste agravo modificaram a percepção da população brasileira em relação à doença.

Em um espaço virtual criado pelo Ministério da Saúde Brasileiro³, em 2008, é possível perceber a mudança no comportamento da população e das instâncias de governo em relação à dengue. Ao afirmar que dengue mata e, por isso, constitui-se em um desafio

¹ <http://www.who.int/ctd/dengue/burdens.htm>

² www.funasa.gov.br/epi/dengue/pdfs/plano_controle_dengue.pdf

³ <http://www.combatadengue.com.br>

para a saúde pública mundial, o Ministério admite a gravidade da doença em detrimento dos esforços para combatê-la e apresenta o perfil da enfermidade no país:

“O Brasil vem apresentando nos últimos anos número crescente de casos graves em adultos e, especialmente, em menores de 15 anos, apesar dos esforços dos Governos federal, estaduais e municipais e da sociedade. Ou seja, ainda convivemos com epidemias recorrentes.”
(<http://www.combatadengue.com.br/profissionaisSaudeMedicos.php>)

Como vimos acima, até o momento, parece que o esforço para controlar o *Aedes aegypti*, único vetor que transmite o vírus da dengue, ainda é insuficiente. Os dados mais atuais da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro revelam que a dengue matou em 2008 quase cinco vezes mais do que na última epidemia no estado, no ano anterior, apesar da maciça presença de informação nos conteúdos publicados nos jornais de maior circulação do estado e nas campanhas de informação do próprio Estado. Em 2009, a [gripe](#) “influenza A” (H1N1) colocou as autoridades de saúde em alerta no mundo todo, mas a febre amarela e a dengue continuaram sendo registradas nos boletins epidemiológicos mundiais. Juntas, as duas doenças contaminaram, globalmente, cerca de 200 mil pessoas e cerca de 100 indivíduos perderam suas vidas nos primeiros quatro meses de 2009.

Depois da sua terceira década no Brasil, a dengue passou a ser, atualmente, um dos principais objetos de campanha da saúde pública brasileira, através do discurso publicitário governamental e a circular na grande mídia. Além do mais, estudos acadêmicos relacionados às epidemias de dengue no país, atualmente, abordam diferentes dimensões do tema, sejam elas políticas, assistenciais, de comportamento, prevenção e até no âmbito da pesquisa e da inovação em saúde⁴. Sobre estas dimensões, podemos destacar os “determinantes sociais da

⁴ A Biblioteca Virtual em Saúde sobre Doenças Infecciosas e Parasitárias apresenta uma seção somente sobre a dengue que reúne um grande número de estudos sobre estas diferentes dimensões de debate sobre a dengue, incluindo pesquisas para a produção de vacinas contra a doença. Cf. www.bvs.fiocruz.br

saúde”⁵, apresentado pelos autores Paulo Buss e Alberto Palegri, que traduzem as condições socio-econômicas, culturais e ambientais de uma sociedade, incluindo as condições de vida e trabalho, as condições de habitação, saneamento, ambiente de trabalho, serviços de saúde e educação, além das redes sociais e comunitárias, tidas como atores que podem contribuir ou não para a proliferação do *Aedes aegypti*. Tal consideração destaca a transversalidade de ações para que haja o controle efetivo da doença, que não pode ser compreendido como responsabilidade exclusiva dos órgãos de saúde, como veremos mais à frente.

Para reforçar o caráter descentralizado do combate a dengue, podemos explanar o conceito de “doenças negligenciadas”, abordado por Carlos Morel⁶ e que encampa a dengue. Para o pesquisador, questões relacionadas à dinâmica da comunicação científica em nível mundial interferem no controle de doenças. Morel aponta que a pesquisa em países pobres e em desenvolvimento pode cometer falhas ao se manter fortemente condicionada a interesses de produção e de editoração científica dos países mais ricos.

Nessa medida, o que está sendo colocado aqui, de forma geral, é que como a ocorrência da dengue está concentrada em países do hemisfério sul (menos favorecidos), a comunidade científica internacional pouco investe na produção de conhecimento sobre a dengue. Isto se deve ao baixo interesse de mercado das editoras especializadas, laboratórios farmacêuticos e da indústria que desenvolve tecnologia em saúde com doenças que afetam países que consomem menos. A partir disso, é possível entender que, se não há novas metodologias de combate a dengue, nem novos medicamentos e equipamentos, isto interfere diretamente no tratamento, o que afeta os sistemas de saúde. E aí reside outro grande entrave que favorece o crescente ciclo de epidemias. Citar a questão da comunicação científica aqui parecer oportuno para traçar um panorama de como a dengue está sendo enfrentada no campo da comunicação de forma mais ampla, apesar de nos determos somente à investigação da comunicação da dengue na grande mídia.

⁵ <http://www.determinantes.fiocruz.br>

⁶ “Inovação em saúde e doenças negligenciadas”. In Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), v. 22, p. 1522-1523.

Outro aspecto a ser encarado como relevante para o agravamento da dengue é o distanciamento da população no combate à epidemia e, antes disso, o distanciamento dos brasileiros em relação à cultura da ciência⁷. Isto significa debater a saúde não apenas a partir de uma perspectiva mercadológica de bens e consumo - devemos lembrar que em períodos de crise há um forte investimento em propagandas de inseticidas. A partir das leituras do autor, podemos observar a possibilidade de outros modos de olhar, que propiciam a conversa entre o conceito de saúde e o conceito de ciência, e que podem contribuir para ampliar a consciência científica coletiva, evitando que a ciência fique subjugada ao poder político e econômico, sendo também apropriada pela sociedade.

Tal postura vai ao encontro do que França, Abreu e Siqueira⁸ consideram ser fundamental para combater o vetor: a afirmação do cidadão como “sujeito sanitário”, longe de um mero cumpridor de ações ditadas por técnicos e autoridades públicas. Ou seja, um sujeito co-responsável pelo processo coletivo de construção da saúde. A legitimação de um sujeito sanitário é pensada aqui a partir de leituras como a de Jairnilson Paim (2009) e Araújo e Cardoso (2007), que, a partir dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), defendem a saúde como um direito constitucional e não um bem a ser consumido.

Nesta medida, o sujeito assume destaque fundamental no cerne do desenvolvimento do sistema de saúde, tanto individualmente, com mudança de hábitos e culturas, quanto coletivamente, participando do controle social. E, aqui, cabe destacar que a comunicação dos grandes veículos impressos de massa pode ser um forte instrumento a contribuir para a formação desse “sujeito sanitário”, posto que a mídia é um campo eficaz de mediação na sociedade.

⁷ BROTAS, A. Trabalho apresentado no núcleo de pesquisa Comunicação Científica, do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação.

⁸ FRANÇA, E., ABREU, D., SIQUEIRA, M., 2004, Cadernos de Saúde Pública, 20(5): 1334-1341.

Para ampliar o debate em curso, é necessária uma maior compreensão do conceito de um “sujeito sanitário” que surge para superar perspectivas tradicionais aplicadas no campo da saúde pública. Assim, está em questão a manutenção de uma modelagem biomédica articulada a uma lógica de mercado que enfrenta o binômio saúde/doença como um ciclo de produção de bens e serviços para solucionar agravos. Tal lógica revela um dos grandes desafios para a saúde pública a “equacionar uma nova política terapêutica capaz de superar os modelos marcados por uma verdade técnica e por referências éticas unicistas, onde aos indivíduos é reservado o papel de objetos ou meros coadjuvantes” (CARVALHO, 1996).

Em tal medida, ao destacar o papel do “sujeito sanitário”, está se considerando que o modelo campanhista de outros tempos, a regulação e as práticas pedagógicas verticais não atendem a um novo tipo de identidade social da saúde pública brasileira, resultante de um longo processo de democratização e fortalecimento da cidadania. E nesse sentido, torna-se desafio entender saúde/doença a partir de uma visão pluralista atenta às escolhas e vontades dos indivíduos enquanto sujeitos “portadores de projetos políticos de intervenção/interação nas estruturas que moldam socialmente a realidade sanitária” (CARVALHO, 1996).

Neste sentido, o que está sendo explorado aqui é o caráter necessariamente transitório do campo da saúde pública que, ao aproximar o modelo biomédico das ciências sociais, tenciona para a renovação do campo da saúde em uma dimensão política e não apenas terapêutica. E ainda, que o binômio saúde/doença está intimamente ligado a realidade de um povo, a suas práticas sociais, a diálogos e contratos intersubjetivos, que não estão ausentes na constituição da saúde pública.

Diante deste cenário, torna-se tarefa preliminar refletir que toda ação de saúde envolve sujeitos reais, com seus anseios e desejos, vontades políticas e escolhas morais, capazes de se tornarem agentes transformadores e protagonistas da realidade social. Assim, o entendimento de um “sujeito sanitário” representa constatar que a saúde/doença e algo

que se desenvolve no território das relações interpessoais, de luta, de reivindicação de direitos e cumprimento deveres.

Por hora, estamos considerando que, ao problematizar a saúde/doença em sua perspectiva sociológica, coloca-se em curso um processo de emancipação do indivíduo que participa do ciclo biomédico de oferta de bens e serviços para exterminar um agravo; mas, que também reflete sobre “o estar mal corporal/mental procurando nele a sociedade, buscando entender como o estar mal corporal/mental reflete o estar mal da civilização ou como revela a sociedade” (LEFEVRE, 2007).

Assim, a perspectiva de um “sujeito sanitário” emancipado representa a crença que indivíduos compartilham saberes e práticas para além da submissão à norma legal, ou pela identificação com a maioria, e sim por uma internalização, uma tomada de consciência, de sua inserção ética no campo da saúde.

“Técnica e politicamente, fica cada vez mais difícil imaginar, nas sociedades pluralistas e laicas contemporâneas, mesmo aquelas submetidas a baixos padrões econômicos e sociais, uma saúde pública que não pressuponha os indivíduos como sujeitos sanitários e, assim, sujeitos éticos” (CARVALHO, 1996)

Diante da evidente preocupação nacional com a epidemia da dengue, este projeto, desenvolvido no âmbito de uma especialização em comunicação e saúde, visa a estabelecer conexões entre as noções de saúde, doença, ciência e comunicação presentes nas mídias hegemônicas⁹, em particular nos veículos impressos de grande circulação, e que concorrem na produção de sentidos sociais sobre a dengue. Para tal estudo, privilegiaremos como

⁹ O conceito de mídia hegemônica foi apropriado de “Mídia Radical”, de John Downing, em que o autor admite haver uma liderança cultural das classes dominantes que se utilizam de órgãos de informação como a escola, a igreja e veículos de comunicação de massa para manter as estruturas de produção do mercado do capital. Para o autor, a hegemonia das classes dominantes se estabelece na medida em que conduz a sociedade para pensar uma visão do mundo inconsciente, que classificou o *status quo* de inevitável. O conceito de mídia hegemônica será sustentado como sendo um modelo centralizador, controlado por poderosos setores das elites, comprometido com interesses do capitalismo global e que restringe o próprio entendimento da mídia conforme suas expressões hegemônicas no plano industrial (DOWNING, John D.H., 2002).

objeto de análise a fotografia jornalística sobre as epidemias de dengue, por considerar que esta pode ser tomada como texto visualmente relevante a traduzir a proposta de construção de sentidos de um determinado veículo de comunicação sobre o mundo, ou sobre um aspecto dele.

Para trabalharmos com fotografias jornalísticas, selecionamos veículos impressos do município do Rio de Janeiro, uma vez que este ocupou grande destaque na mídia nacional devido à gravidade da epidemia de dengue no ano de 2008. Entre os pontos fortes desta questão estão envolvidos o uso das Forças Armadas no enfrentamento da doença, a crise dos hospitais públicos na capital carioca e o cenário político de trocas de acusações entre os governos federal, estadual e municipal diante de um iminente período eleitoral.

O breve panorama apresentado sobre a epidemia da dengue até aqui, nos coloca outra questão, que é a de interpelar como o discurso jornalístico pode ser entendido como suporte para vozes alheias, o que poderia legitimar uma certa imparcialidade ao tratar de assuntos tão polêmicos para o combate do mosquito. Assim, consideraremos aqui que o discurso jornalístico, incluindo a produção de fotografias, não se limita a ser um mero suporte de transmissão de informação, mas na verdade atua como um produtor ativo de sentidos sociais a respeito da doença.

Neste sentido, será apresentada uma proposta de análise do discurso de dois veículos de comunicação que representam um mesmo enunciador, porém se destinam a camadas sociais diferentes. Tal opção busca apurar como se dá o processo de construção enunciativa dos veículos selecionados no que tange às noções de saúde, doença, ciência e comunicação para diferentes classes sociais; e ainda contribui para a tentativa de evidenciar as estratégias discursivas traduzidas nas tipologias das imagens publicadas sobre a dengue.

PROBLEMA DE PESQUISA

O projeto surge da inquietação de investigar como as fotografias produzidas por veículos impressos de comunicação abordam a cobertura da epidemia da dengue no município do Rio de Janeiro, bem como as noções de saúde, doença, ciência e comunicação; e, além disso, como estas imagens podem contribuir para a legitimação de um “sujeito sanitário” co-responsável pelo controle da doença e não um mero repetidor de práticas ditadas pelos órgãos de governo.

OBJETIVO GERAL

Este projeto tem como objetivo geral compreender o papel da fotografia jornalística utilizada na cobertura da saúde e publicada em veículos impressos de grande circulação no processo de produção de sentidos sociais. A partir disso, é interesse reconhecer e analisar as estratégias enunciativas utilizadas na construção das imagens sobre a dengue, bem como investigar a fotografia enquanto discurso midiático, alinhado às funções e objetivos de cada veículo selecionado. A intenção é interrogar a fotografia enquanto texto visualmente relevante para o processo de produção de sentidos sobre a dengue no cerne da proposta editorial de cada veículo.

Também é objetivo específico do projeto refletir sobre as noções de saúde, doença, ciência e comunicação que concorrem na produção de uma fotografia jornalística, a fim de contribuir para estudos que se debrucem sobre a relação entre a mídia e o campo da saúde. O interesse não é desconsiderar o papel da mídia, da fotografia de jornais de grande circulação em especial, na prevenção e combate à doença e sim investigar como a grande mídia atribui sentido a questões relacionadas à saúde e, ainda, estimular a reflexão sobre outros ângulos de visão para a cobertura de uma epidemia.

HIPÓTESE

A hipótese preliminar é que diante de repetidos ciclos de epidemia da dengue no Brasil, em particular no município do Rio de Janeiro, existe uma repetição do olhar

fotográfico jornalístico nos grandes veículos impressos que acompanha ou não acompanha os estágios de evolução da epidemia em cada ano. Assim, podemos considerar que desde o surgimento dos primeiros casos, passando pelos momentos de crise até a redução das ocorrências de dengue, existe uma tipologia de construção da imagem que se utiliza de estratégias enunciativas apoiadas em modelos de comunicação cristalizados baseados na transferência da informação hierarquizada e centralizada nos grandes veículos de comunicação. Inseridas nesta hipótese, podemos considerar que as imagens fotográficas sobre a dengue publicada na mídia hegemônica nacional reforçam valores do mercado de capital que enxergam a saúde como um bem a ser comercializado e não um direito garantido constitucionalmente. Além disso, as imagens ainda atendem a interesses políticos partidários, principalmente no município do Rio de Janeiro, não contribuindo para a participação do “sujeito sanitário”, o que pode provocar alarmismo sobre a dengue na população.

JUSTIFICATIVA

Em veículos de comunicação impressa, a fotografia jornalística surge como principal forma de representação visual da realidade. Autores como Susan Sontag definem a fotografia como uma forma de reter o mundo, o real. Para ela, o ato de fotografar significa aprisionar uma realidade dada em um suporte (o papel) que será transportado para outros tempos e espaço ampliando a participação dos indivíduos sobre fatos que aconteceram no mundo. Todavia, é sabido que cada veículo de comunicação possui sua própria proposta de leitura do mundo, através da enunciação dos acontecimentos que reporta. Isto posto, pode-se pensar a fotografia como um texto visualmente relevante que representa uma realidade construída a partir de princípios estabelecidos por cada veículo.

Na medida em que cada veículo possui sua própria proposta de leitura do mundo, é pertinente apontar como pressuposto que a publicação de uma imagem fotográfica resulta de uma série de negociações para que se alcance determinada intenção. Tal intenção está apoiada em estratégias enunciativas que deixam emergir o discurso destas imagens, colaborando para o processo de construção de sentidos existente nos veículos impressos.

Diante disso, a investigação sobre o papel das fotografias jornalísticas na cobertura da dengue pode contribuir para compreender como os veículos de comunicação negociam noções de saúde, doença, ciência e da própria comunicação na construção de sentidos através de uma imagem. Tal perspectiva deve ser considerada, uma vez que os enunciadores de um veículo de comunicação são formadores de opinião e, de alguma maneira, equacionam o conhecimento dos leitores sobre determinada realidade.

Não se trata então de um estudo para diminuir a contribuição dos veículos de comunicação impressa na prevenção da dengue e, sim, para refletir sobre quais paradigmas esta contribuição está sendo forjada e sobre quais outras oportunidades de comunicação podem emergir para benefício da sociedade e para a afirmação do “sujeito sanitário”. Desta forma, acredita-se que o projeto possa, de alguma maneira, permitir que o leitor se debruce sobre as fotografias jornalísticas dimensionando as diferentes conexões nas quais esta realidade apresentada e aprisionada em papel pode estar apoiada.

Em outra medida, o projeto ainda trará a possibilidade de investigar a perspectiva de Sontag sobre a fotografia como um novo código visual que modifica e amplia as idéias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que se tem direito de olhar (SONTAG, 1977, p. 13). Tal afirmativa pode inspirar o estudo sobre a centralidade e hierarquização dos discursos midiáticos, por meio de imagens, enquanto produtores de sentidos sociais.

Além disso, o projeto pode ser justificado ao permitir problematizar a fronteira entre a visibilidade e o esquecimento social em relação à cobertura de uma epidemia como a dengue. Este feito considera o modo como os veículos de comunicação impressa se organizam para difundir imagens, evidenciando a existência de uma rede de atores para a publicação de uma fotografia jornalística. A expectativa é que, após aprofundar o estudo sobre as estratégias de negociação para a construção de uma imagem enquanto discurso, encontremos um substrato mínimo para definir critérios para novas investigações.

EMBASAMENTO TEÓRICO

Desde os registros rudimentares nas cavernas pré-históricas, muito antes do registro escrito, imagens surgem como meio de expressão da cultura humana. Elogiadas como pintura em suas diversas fases, imagens são dotadas de historicidade e traduzem hábitos, comportamentos, conflitos, conquistas e tantos fatos relevantes para os que elegeram transportar e aprisionar o real em duas dimensões.

Entretanto, foi em 1840 que a imagem se viu irremediavelmente reconfigurada com a invenção da fotografia. Dali em diante, imagens cinematográficas, televisuais e mesmo as artes plásticas comporiam o cotidiano do homem de forma indispensável. Todavia, enquanto a palavra tem se expandido, desde a Galáxia de Gutenberg, no século XV, em estudos de dimensões lingüísticas, gramaticais, semânticas, a imagem apresenta estudos tímidos quanto ao seu poder de significação nas sociedades e como tecnologia de comunicação.

Mais de sessenta anos após seu surgimento, a fotografia encontrou novos usos ao despertar interesse dos jornais diários, em 1904, com a publicação de fotografias no jornal inglês *Daily Mirror*. Este foi o primeiro passo para o surgimento do fotojornalismo que representa, antes de tudo, uma nova forma de o público se relacionar com a notícia. A partir de então, a reportagem em forma de imagem foi ganhando espaço cada vez maior até que, em 1930, a fotografia de imprensa era amplamente difundida nos veículos de comunicação.

A novidade da inserção da fotografia em publicações diárias dizia respeito ao seu poder de captura do leitor e a estreita relação estabelecida entre a palavra e a imagem para discorrer sobre o cotidiano das cidades. Associados à imagem do fotógrafo de imprensa, estavam valores de testemunho e documentação de algo que deveria ser registrado. Porém, tal tarefa não poderia ser executada sem a percepção de que tais fotografias guardavam características distintas pelo seu poder de síntese. Naquele momento, nos anos de 1930, surgia a figura do editor de fotografia, responsável por atribuir sentido às notícias por meio de imagens.

Na década de 1930, surgiam as primeiras agências de fotografia, preocupadas com a preservação dos direitos autorais dos profissionais da imagem. Ali também estava colocado o entendimento de que a fotografia jornalística apresentava ao leitor uma nova forma de acesso à informação orientada pela imagem. “Uma fotorreportagem, segundo tal concepção, deveria ter começo e um fim, definidos pelo lugar, tempo e ação” (MAUAD *apud* SOUZA, 2000, P.80).

Publicações internacionais como a *Look* e a *Life*, naquele momento, já acenavam para a potencialidade da fotografia jornalística e para a imprensa como meio de excelência para se ter acesso aos acontecimentos em escala mundial. Desde ali, era possível notar que as fotografias eram construídas a partir de linhas editoriais precisas, concebidas ideologicamente a partir de valores cristãos, democráticos e científicos.

O fotojornalismo adquiriu potencialidade na Segunda Guerra Mundial e, em 1947, foi fundada a *Magnum*, uma referência para a história de fotografia de imprensa. Com alta valorização do efeito de realidade, a fotografia jornalística passou a participar do cotidiano dos indivíduos a ponto de configurar a construção de uma comunidade de imagens em torno de determinados temas, acontecimentos, pessoas, ou lugares, que corroboram para a construção das identidades sociais.

No Brasil, a história do fotojornalismo é datada de 1928, quando surge a revista *O Cruzeiro*. A publicação foi responsável por uma reformulação no trato da imagem conjugada ao texto em âmbito nacional. Foi a partir de *O Cruzeiro* que os brasileiros entenderam a fotografia como ‘testemunha ocular’ da realidade que poderia ser narrada visualmente. Em *O Cruzeiro* a articulação dos textos com as imagens ampliava o caráter ideológico da mensagem fotográfica. Naquele momento, a imprensa brasileira já estava contaminada pela imagem como meio de documentar a história.

Para alguns autores, como Susan Sontag, a fotografia representa a possibilidade de reter o mundo, ou acontecimentos do mundo (SONTAG, 1977, p.13). Outro autor que aborda

este poder fotográfico é Roland Barthes, quando pondera que a fotografia refluí da apresentação do mundo para a retenção do mesmo (BARTHES, 1984, p.134). Assim, ao reter o mundo em um suporte – antes apenas o papel e hoje também os suportes de vídeo –, transportá-lo para outros espaços, a fotografia agrega novas experiências de participação dos indivíduos no cotidiano das sociedades. Sobre este aspecto, destacamos o que Sontag relata sobre a fotografia nas guerras:

“A compreensão da guerra entre pessoas que não vivenciaram uma guerra é, agora, sobretudo um produto do impacto dessas imagens. Algo se torna real – para quem está longe, acompanhando o fato em forma de notícia – ao ser fotografado” (SONTAG, 2003, p.22).

Ao destacar tal posição, podemos refletir sobre o ato fotográfico como uma experiência individual de participação de um determinado fato, na medida em que, para reter o mundo, é preciso estar lá. E assim diríamos: *tal fato aconteceu, pois alguém esteve lá e capturou a realidade*¹⁰. E Barthes, em *A Câmara Clara*, reforça esta argumentação ao considerar que “toda fotografia é um certificado de presença” (BARTHES, 1984, p. 129).

Se considerarmos a fotografia como uma forma de reter uma certa realidade, ou fato, e que esta forma depende da presença do fotógrafo em um espaço e tempo determinados, chegaremos a uma conclusão simplificada de que o ato de fotografar representa a documentação de um mundo evidentemente real. E, na medida em que este suporte de papel com imagem capturada é revisto ou apresentado em outros tempos, estamos resgatando, revivendo, um passado. Assim, chegamos a uma primeira definição da fotografia como algo que retém, documenta e permite resgatar uma certa realidade.

A conclusão do parágrafo anterior até pode ser justificada em linhas gerais, mas é preciso ampliar a investigação para perceber uma série de nuances que envolvem a construção de uma imagem. Por princípio, adotaremos o conceito de que a imagem é uma

¹⁰ Aqui, não consideraremos a atual discussão sobre a imagem digital que pode ser criada sem a necessária presença.

mensagem, um texto visual, que está intrinsecamente ligada a uma construção discursiva. A partir disso, devemos considerar que toda fotografia, como afirma Barthes, é uma redução da realidade. Ou seja, ela não é a realidade e, sim, um análogo da mesma em relação a sua proporção, perspectiva e cor (BARTHES, 1984, p.12) e que tal redução implica obrigatoriamente o ato de selecionar fragmentos de uma dada realidade, como veremos no trecho de Sontag a seguir: “A imagem fotográfica, na medida que se constitui um vestígio, (...) é sempre a imagem que alguém escolheu; fotografar é enquadrar, e enquadrar é excluir” (SONTAG, 2003, P.42)

A partir do ato de selecionar, a idéia de que a fotografia é a constatação daquilo que aconteceu – documento e registro do passado –, esta não pode ser pensada sem que se tenha a consciência de que o enquadramento do fotógrafo e seu olhar são parciais por estarem ligados a contextos políticos, econômicos, sociais e culturais, como sugere José de Souza Martins, em *Sociologia da Fotografia e da Imagem*:

“Por trás da fotografia, mesmo aquela com intenção documental, há uma perspectiva do fotógrafo, um modo de ver que está referido a situações e significados que não são diretamente próprios daquilo que é fotografado e daqueles que são fotografados. Mas referido à própria e peculiar inserção do fotógrafo no mundo social” (MARTINS, 2008, p.63 e 64)

Retomando Sontag, podemos desvendar que “o fotógrafo não é simplesmente a pessoa que registra o passado, mas aquele que o inventa”. Considerando tal afirmativa, é possível pensar a invenção fotográfica como um processo que articula no operador da câmera o domínio da técnica e a sua inserção no mundo. Em tempo, podemos acrescentar que o ato fotográfico está relacionado ao contexto em que tal fotografia será produzida, veiculada e interpretada e, assim, tentaremos entender a existência de um mercado de negociações de interesses políticos, econômicos, culturais e sociais que regem nossa sociedade, e que reverberam nas práticas de comunicação ao emoldurar o olhar fotográfico.

Desta forma, podemos afirmar que, na construção de uma fotografia, há um processo de tomada de decisão que irá selecionar o que “existirá” publicamente e o que será invisibilizado pela lente do fotografo. Nessa medida, cabe ponderar que a tomada de decisão não está apenas nas mãos do operador da câmera, mas também é compartilhada pela estrutura social vigente. Com isso, estamos querendo dizer que as ideologias dispostas em uma sociedade interferem e, mais que isso, fundam o olhar fotográfico em um encadeamento de interesses que podemos observar no trecho abaixo:

“Por trás da intenção do aparelho fotográfico há intenções de outros aparelhos. O aparelho fotográfico é produto do aparelho da indústria fotográfica, que é produto do aparelho do parque industrial, que é produto do aparelho socioeconômico e assim por diante. Através de toda essa hierarquia de aparelhos, corre uma única e gigantesca intenção, que se manifesta no output do aparelho fotográfico: fazer com que os aparelhos programem a sociedade para um comportamento propício ao constante aperfeiçoamento dos aparelhos” (FLUSSER, 2002, p.42)

Para clarear o conceito sobre a ideologia, iremos recorrer ao livro *Comunicação e Poder*, de Pedrinho Guareschi, em que ele explica a função da ideologia como algo que permite a inserção de indivíduos de uma forma natural nas atividades práticas que eles desempenham no interior do sistema sem se dar conta disso. Levaremos em consideração, aqui, esta perspectiva para entender o modo de construção da fotografia jornalística operado pelos veículos de comunicação impressa selecionados para a análise.

“(...) participar na reprodução do aparato de dominação sem que se dêem conta de que eles próprios são cúmplices e autores de sua própria exploração. Para o indivíduo inserido no sistema capitalista a ideologia é uma experiência vivencial e válida, uma experiência que alguém vive sem conhecer as verdadeiras forças motoras que a ideologia coloca em movimentação. Resumindo, o *modus operandi* que caracteriza o processo ideológico consiste em fazer com que essas forças motoras sejam esquecidas (...) de tal modo que as pessoas sejam capazes de viver nesta ordem natural” (GUARESCHI, 1987, p.20)

Nesse momento, chegamos a um ponto fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, que é investigar as relações de poder negociadas não apenas de forma macro, mas também aquelas outras apontadas por Foucault, em *Microfísica do Poder*. “De modo geral, penso que é preciso ver como as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de exercício em micro-relações de poder.” (FOUCAULT, p. 142). Tal trecho pode nos levar a ver tais relações como não distantes do cotidiano da sociedade, mas disseminada em pequenos campos de luta, que podem nos revelar a contribuição dos sujeitos para um modelo de comunicação sobre as epidemias da dengue de forma a perpetuar o *status quo* da grande mídia, do modelo de saúde, do modelo de sujeito sanitário, entre outros.

Neste momento, é oportuno problematizar a questão do poder colocada por Barthes a partir de suas leituras sobre Foucault que coloca o poder como pluralista, como redes dispersas e localizadas de micropoderes. E é nesta arena de discurso/poder que vem a tona a figura do autor – aqui consideraremos fotógrafo – como um maestro que organiza diferentes vozes para emitir um enunciado. Assim, diante deste interdiscurso, é interesse deste projeto investigar quais são as vozes que compõem os discursos fotográficos sobre saúde e, mais detidamente, a dengue.

Ao se apropriar da perspectiva barthesiana sobre a relação entre discurso e poder, na qual a fotografia esta inserida, é fundamental destacar a evolução da reflexão do autor sobre a linguagem desde suas primeiras abordagens estruturalistas até a problematização da história e do sujeito e os conceitos de polifonia e dialogismo, oriundos do russo Mikhail Bakhtin, a partir da década de 1970. Assim, se no início Barthes se apoiava na crítica ao discurso ideológico da cultura de massa que utilizava-se de significados ocultos para naturalizar, universalizar, os interesses burgueses; a partir dos anos 1970, o autor abandona a noção de ideologia clássica do marxismo em que “o poder era pensado como a capacidade da classe dominante de tornar suas representações particulares aceitas por todos como se fossem universais” (RIBEIRO, 2004).

Naquele momento, Barthes admite que a relação de significação nunca é imediata e espontânea e, ainda, que a linguagem é sempre ideológica. A partir dos estudos de Bakhtin, o autor aponta que a linguagem é um território de conflito que nunca se estabiliza. Ao invés de trabalhar com a idéia de significado, Barthes passou a explorar o sentido, algo não cristalizado, plural, dinâmico e determinado por condições histórico-culturais. Assim, e na medida em que é território de luta, a linguagem é discurso e poder que não traduz as lutas ou sistemas de dominação da sociedade porque é a própria luta. Tal colocação leva a compreensão de que todo discurso, por si, é ideológico e “todo dispositivo de enunciação é um dispositivo de poder” (RIBEIRO, 2004).

Assim, a pesquisa pode contribuir para avaliar de que modo o discurso fotográfico sobre a dengue na mídia impressa hegemônica contribui para estabelecer um sujeito social distante do modelo de “sujeito sanitário” defendido por um sujeito co-responsável pelo processo coletivo de construção da saúde, longe de um mero cumpridor de ações ditadas por técnicos e autoridades públicas.

Nesse sentido, podemos conduzir a análise das imagens fotojornalísticas sobre a dengue a partir do conceito de “poder simbólico” apresentado por Bourdieu, com o qual o autor explora o poder da grande mídia de “fazer ver e fazer crer” como uma série de artifícios praticados na sociedade que acionam o que será publicizado ou não. De outra maneira, Bourdieu problematiza a fronteira entre a visibilidade e o esquecimento social ao afirmar que:

“O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (BOURDIEU, 2007, p.13)

Diante desta rede de negociações que cegam e revelam, podemos considerar outra abordagem de Martins, em *Sociologia da Fotografia e da Imagem*, em que a fotografia constrói uma realidade também com silêncios e invisibilidade e, assim, se torna um documento impregnado de fantasia tanto do fotógrafo, quanto do fotografado, quanto do leitor da fotografia, do que de exatidões próprias da verossimilhança (MARTINS, 2008, p.28). Tais idéias, aqui apresentadas, nos darão margem para investigar como fotografias podem contribuir para a construção do imaginário social sobre uma doença.

Em tempo, para melhor amarrarmos o estatuto da fotografia nos dias de hoje, devemos aguçar a inserção do leitor das fotografias jornalísticas no foco do debate. A princípio partimos do pressuposto de que o senso comum não interroga as imagens, como orienta Flusser no trecho abaixo:

“O mundo a ser representado reflete raios que vão sendo fixados sobre superfícies sensíveis, graças a processos óticos, químicos e mecânicos, assim surgindo a imagem. Aparentemente, pois, imagem e mundo se encontram no mesmo nível do real: são unidos por cadeia ininterrupta de causa e efeito, de maneira que a imagem parece não ser símbolo e não precisar de deciframento. (...) O caráter aparentemente não-simbólico, objetivo, das imagens técnicas faz com que seu observador as olhe como se fossem janelas, e não imagens. O observador confia nas imagens técnicas tanto quanto confia em seus próprios olhos” (FLUSSER, 2002. p.14).

A afirmativa do filósofo toca em um ponto crucial para o desenvolvimento deste trabalho: a experiência de um certo olhar “puro” – sem mediação – em nada se parece com a experiência de olhar uma imagem grafada em papel jornal. Se já apontamos que a construção de uma imagem se dá a partir de estratégias enunciativas que validam o discurso intencional de um determinado veículo de comunicação, e que este discurso se apóia em um mercado simbólico de negociação para a produção de sentidos sociais, é necessário interpelar o que está sendo privilegiado na cobertura fotojornalística e que pode desfavorecer ou contribuir

para o controle da epidemia da dengue levando em consideração que estas podem ou não arregimentar seus receptores para o papel ativo de controladores das condições que levam à doença.

Diante da explanação sobre o estatuto da fotografia nos dias atuais, é preciso neste momento abrir frente para a necessária compreensão de como a fotografia jornalística integra a dinâmica de produção de conhecimento dos veículos de comunicação de massa. Assim, é importante considerar a perspectiva de Jesús Martín-Barbero (2002) ao identificar que os saberes do mundo contemporâneo circulam cada vez mais fora dos lugares sagrados que antes os detinham devido a uma nova dinâmica comunicacional. Esta visão vai ao encontro dos pensamentos de Douglas Kellner (2001) ao enquadrar a mídia não somente como um serviço de disseminação de informação e lazer, mas também como participante ativo na produção de discursos sociais. O autor se utiliza da expressão “pedagogias da mídia” para explicar o efeito educativo da mídia que, conforme produz representações do mundo, modela opiniões políticas, comportamentos sociais, entre outros, que subsidiam os sujeitos a formarem suas identidades.

Em outra perspectiva, o que está sendo colocada aqui é a problematização do papel de uma fotografia jornalística como estratégia para a afirmação de um discurso midiático de grande abrangência sobre as representações sociais, o que permitirá que a pesquisa avance na compreensão de como a saúde e a doença, no caso a dengue, são representados pelos veículos de comunicação impressa.

Assim, ao assumir que a fotografia jornalística é uma estratégia para a produção de discursos, estamos nos apropriando também das contribuições de Lorenzo Vilches (1993), que considera a máquina fotográfica um objeto privilegiado para produzir sentido e dar significado tal como a palavra escrita. O autor defende a necessidade de se investigar o fotojornalismo para além de sua objetividade primeira, cabendo ao leitor a tarefa de se debruçar cuidadosamente sobre as imagens para perceber as nuances de manipulação da realidade a partir das lentes de um fotógrafo, como podemos verificar no trecho a seguir:

“La visión que el lector tiene del mundo através de lãs fotografías no es um registro mecânico de objetos diversos sino la captación de estructuras significativas (lo mismo que cuando vemos uma persona por primera vez no detectamos detalles separados de su rostro sino uma máscara dominante y pregnante, como diria Gombrich). Si existe um processo pedagógico en el mirar uma imagen, éste se debe al resultado de la vinculación entre propiedades sensibles captadas por las fotografías y la natureza cultural y perceptiva del lector.”
(VILCHES, 1993, p. 27)

Aqui, podemos utilizar a visão de Vilches sobre o papel do leitor para fortalecer a idéia de um “sujeito sanitário”, co-responsável e não mero cumpridor de regras ditadas por técnicos. Em levantamentos preliminares, foi possível verificar fotografias jornalísticas que versam sobre a presença do agente de saúde nas casas dos cariocas entregando kits e folhetos informativos, o que sugere um modelo clássico de transferência de informação. A intenção do projeto é se debruçar sobre estas estratégias de comunicação de massa para refletir sobre as possibilidades de envolver o leitor da fotografia na prevenção da doença.

Tal perspectiva parte de estudos sobre o envolvimento efetivo da população em questões de saúde, como a epidemia da dengue, realizados por Pitta & Oliveira (1996), que destacam a necessidade de instituições governamentais se aliarem aos veículos de comunicação para tratarem de questões de interesse social. Isto porque, na visão dos autores, atualmente a mídia é “uma das mais importantes instâncias de construção de sentidos e significados sociais” (PITTA & OLIVEIRA, 1996, p. 138). E, em certa medida, tal importância pode revelar dois lados antagônicos na cobertura em saúde como aponta Castro:

“os veículos de comunicação social podem ser instrumentos assustadoramente autoritários – se forem utilizados para a manipulação e a distorção da informação (...) Mas podem também, no reverso, serem profundamente democratizantes, se transmitirem e repartirem (...) todas as informações à sociedade, para que ela as analise, processe e decida seus

rumos” (CASTRO in FRANÇA, ABRE & SIQUEIRA, 2004, p. 1335)

METODOLOGIA

O corpus deste projeto compreende dois jornais cariocas de grande circulação, *O Globo* e o *Extra*, por serem considerados como parte da grande imprensa no Estado do Rio de Janeiro. A escolha por tais veículos se sustenta pela expressiva tiragem dos dois periódicos no ano de 2008 – O Globo (291.407) e o Extra (297.392)¹¹, e pela sua ampla inserção na sociedade carioca. Cabe exaltar que os dois veículos fazem parte das Organizações Globo, um conglomerado de comunicação que ainda envolve rede de televisão, rádio, editora de livros, gravadora, produtora e distribuidora de cinema. Tal informação sugere a articulação dos jornais selecionados com as demais esferas que envolvem a comunicação social no Rio de Janeiro e também no País.

A escolha por tal *corpus* se deve também ao fato de se tratarem de dois jornais produzidos por um mesmo enunciador, porém destinados a camadas sociais diferentes, sendo *O Globo* um periódico voltado às classes média e classe média alta do Rio de Janeiro, enquanto o *Extra* é destinado às camadas mais populares. Esta informação será fundamental para a análise comparativa (*O Globo* x *Extra*) das fotografias jornalísticas, haja visto que em alguns casos a mesma fotografia é apresentada de formas diferentes em cada publicação. Tal opção parte da inquietação de interrogar se uma única imagem pode produzir sentidos diferentes conforme seu uso dentro de uma página de jornal.

Nessa medida, será realizado um levantamento prévio das matérias jornalísticas sobre a dengue publicadas de janeiro até março de 2008, período em que a epidemia se manifestou de maneira mais grave no município do Rio de Janeiro, com uma significativa repercussão na grande mídia. Após a seleção, as matérias serão organizadas a partir de um recorte quantitativo no que diz respeito ao número de matérias em cada veículo; número de matérias

¹¹ Os números apresentados correspondem a média diária de tiragem em 2008 e foram extraídos de um ranking divulgado pela Associação Nacional de Jornais www.anj.org.br.

que utilizam fotografia, infográficos e ilustrações; quantidade de fotografias por matéria; espaço destinado às matérias e às fotografias; número de fotografias que obtiveram chamada na primeira página dos jornais; entre outros itens que podem ser incorporados ao longo da pesquisa. Com a análise quantitativa esperamos mensurar se há equilíbrio na produção de informação sobre dengue nos dois jornais ou se existe alguma variação a ser ponderada.

Assim, partiremos para a análise das matérias separando-as por temas centrais pré-estabelecidos: casos da doença, tratamento e medidas de controle da doença, abordagem científica da doença, e ineficiência governamental para combater a doença. Ao longo da pesquisa será ponderada a necessidade de re-estabelecer novos cortes para esta etapa que sejam mais específicos, limitando melhor o objeto a ser investigado. Esta medida contribuirá para o entendimento de como os veículos de comunicação impressa abordam a epidemia da dengue, dando ampla cobertura ou privilegiando determinados temas em detrimento de outros.

Após esta etapa serão desconsideradas as matérias que não apresentarem conteúdo fotográfico, tal medida será necessária para a análise da informação enquanto texto visual, que é objetivo deste projeto. As matérias selecionadas serão novamente categorizadas e distribuídas nas seguintes tipologias: casos da doença, tratamento e medidas de controle da doença, abordagem científica da doença e ineficiência governamental para combater a doença. Este apontamento será necessário, pois levantamentos preliminares apontam evidências de que nem sempre as imagens correspondem aos temas centrais das matérias, o que pode ser rico para interrogar o valor de uma imagem dentro de cada veículo de comunicação selecionado. Há a intenção de desdobrar cada tipologia em sub-categorias a fim de apurar melhor os objetos investigados.

As matérias selecionadas serão analisadas quanto ao seu posicionamento na página, número de páginas dedicadas a cada matéria, à editoria em que está sendo publicada, ao posicionamento e tamanho da fotografia em cada matéria, à concorrência com outras matérias na mesma página, coerência com os títulos, sub-títulos. Ao realizarmos este

procedimento poderemos ainda confrontar os resultados dos dois jornais selecionados para verificarmos a abordagem de cada um.

Para a análise específica das imagens serão adotados dois autores que formularem critérios de investigação das imagens enquanto texto visual: Lorenzo Vilches e Roland Barthes. A partir do primeiro autor, utilizaremos a classificação apresentada em *Teoria de la Imagen Periodística* a partir dos seguintes oito componentes primários: contraste, cor, escala de planos, nitidez, altura, profundidade, luminosidade e horizontalidade. Tais categorias apontam para dois grandes valores da fotografia, conforme afirma o autor, que são o valor cromático e o valor espacial das imagens. Ao aplicar a análise destes componentes, Vilches indica ser possível iluminar as intenções que estão por trás da produção de uma fotografia jornalística. Contrastes entre o claro e o escuro, a relação do objeto com o fundo, a escolha de planos mais abertos ou fechadas, tudo isso, se torna vestígio de uma estratégia discursiva na imagem.

Já Barthes, em *Obvio e Obtuso*, destaca seis procedimentos de produção de sentidos em uma imagem fotográfica: *trucagem*, um truque que pode aproximar dois personagens, por exemplo, é uma forma desta categoria que confere credibilidade à imagem sem que necessariamente ela esteja lá; a *pose* revela atitudes estereotipadas que sugerem leitura dos significados como juventude, espiritualidade, pureza, poder etc; *objetos* são símbolos utilizados em uma fotografia e que funcionam como indutores de associações de idéias (a figura de um pesquisador em uma biblioteca é um bom exemplo deste procedimento); a *fotogenia*, que seria a diferenciação entre os efeitos estéticos e os efeitos significantes, ou seja, o embelezamento da imagem; o *esteticismo*, em que a fotografia é tratada como arte de composição visual; e a *sintaxe*, em que fotografias são trabalhadas em seqüência propondo uma leitura dos objetos signos não isoladamente, mas a partir do encadeamento de um todo fotográfico. A expectativa de recorrer a este procedimento é de buscar a leitura da fotografia enquanto mensagem estrategicamente construída.

CRONOGRAMA

2010				
Atividades / Períodos	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Elaboração de formulários para o levantamento de dados	X			
Revisão de literatura acerca do tema ou correlata em língua portuguesa e estrangeira	X			
Levantamentos dos dados referentes aos jornais da primeira fase		X	X	
Tratamento e organização dos dados levantados, com a criação de um banco de dados com imagens e outras informações sobre os jornais			X	X
Redação de artigo que possa dar um quadro da dimensão gráfica dos jornais selecionados com pretensão de publicá-lo em revista de referência				X

2011				
Atividades / Períodos	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Levantamentos dos dados referentes aos jornais da segunda fase “literária”	X	X		
Tratamento, organização e comparação dos dados levantados, com a inclusão das informações e imagens no banco de dados criado		X	X	
Redação da dissertação para conclusão de curso de pós-graduação de mestrado		X	X	X
Redação de artigo que possa dar um quadro da dimensão gráfica dos jornais representativos das fases até este momento estudadas, com pretensão de publicá-lo em				X

revista de referência				
-----------------------	--	--	--	--

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine. *Comunicação e Saúde*. Ed. Fiocruz, 2007.
- BARBERO, Jesús Martins. *Dos Meios às Mediações*. Editora UFRJ, 1987.
- BARBERO, Jesús-Martín. *Ofício do Cartógrafo*. Ed. Loyola, 2004.
- BARTHES, Roland. *O Óbvio e o Obtuso*, Editora Nova Fronteira, 1984.
- BARTHES, Roland. *A Câmara Clara*. Ed. Nova Fronteira, 1984.
- BRANDÃO, Helena H. N.. *Introdução à análise do discurso*. Ed. Unicamp, 2004.
- BECKER, Howards S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. Editora Hucitec, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Ed. Bertrand Brasil, 2007.
- BUSS, P. M. & PELLEGRINI, A., *A saúde e seus determinantes sociais*, Revista de Saúde Coletiva, doi: 10.1590/S0103-73312007000100006
- CARVALHO, Antônio Ivo. *Da saúde pública às políticas saudáveis: saúde e cidadania na pós-modernidade*. Ciência e Saúde Coletiva, vol. 1, 1996, p.

- DOWNING, John D.H. *Mídia Radical; rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*, Editora Senac, 2002

- FATORELLI, Antônio e BRUNO, Fernanda (org.). *Limiares da Imagem: tecnologia e estética na cultura contemporânea*. Editora Mauad X, 2006.

- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

- FRANÇA, E. & ABREU, D. & SIQUEIRA, M., *Epidemias de dengue e divulgação de informações pela imprensa*, Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(5): 1334-1341, set-out, 2004.

- FLUSSER, Vilém. *Filosofia Da Caixa Preta*. Ed. Relume Dumará, 2002.

- GUARESCHI, Pedrinho A. *Comunicação e Poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina*. Ed. Vozes, 1987.

- KOURY, Mauro Guilherme P. *Imagem e Memória: ensaios em antropologia visual*. Editora Garamond, 2001.

- LEFEVRE, Fernando e CAVALCANTI, Ana Maria. *A Promoção de Saúde como uma Oportunidade para a Emancipação*. RECIIS R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. v. 1, p. 234-240, 2007.

- LISSOVSKY, Maurício. *A Máquina de Esperar: origem e estética da fotografia moderna*. Editora Mauad X, 2008.

- MARTINS, José de Souza. *Sociologia da Fotografia e da Imagem*. Ed. Contexto, 2008.

- MAUAD, Ana Maria, publicado no livro FERREIRA, Tânia; MOREL, Marco e NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Editora DP&A.

- MOREL, C. . *Inovação em saúde e doenças negligenciadas*. Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), v. 22, p. 1522-1523, 2006.

- MOREL, C., *A pesquisa em saúde e os objetivos do milênio: desafios e oportunidades globais, soluções e políticas nacionais*, Ciência & Saúde Coletiva, vol.9 no.2 Rio de Janeiro Apr./June 2004 - doi: 10.1590/S1413-81232004000200002

- PAIM, Jairnilson Silva, *Saúde Coletiva: campo científico e âmbito de práticas*. Casa da Qualidade editora, 2000.

- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Discurso e poder: a contribuição barthesiana para os estudos de linguagem*, 2004.

- SANTANELLA, Lúcia. *Imagem: cognição, semiótica e mídia*. Ed. Iluminuras, 2008.

- SONTAG, Susan. *Diante da Dor dos Outros*. Ed. Companhia das Letras, 2003.

- SONTAG, Susan. *Doença como metáfora*. Ed. Companhia de Bolso, 2007.

- SONTAG, Susan. *Sobre Fotografia*. Ed. Companhia das Letras, 2004.

- VILCHES, Lorenzo. *La lectura de la imagen: prensa, cine televisión*. Ediciones Paidós, 1986.

- VILCHES, Lorenzo. *Teoria de la imagemperiodística*. Ediciones Paidós, 1993.

